A INCLUSÃO DAS QUESTÕES CULTURAIS AFRO-BRASILEIRAS NOS CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Um estudo nos cursos de Ciências Contábeis

FÁBIO LUIZ DE CARVALHO¹

Faculdade de Cenecista de Varginha-MG
Rua Professor Felipe Tiago Gomes, 173 - Vila Bueno – Varginha – MG. 37006-020

fabio@ipecont.com.br

Resumo. *Esse artigo trata da inclusão da questão racial nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Ciências Contábeis como uma prática discursiva que se constitui historicamente. A hipótese é a de que, embora a Lei 10.639/2003 tenha sido fundamental para dar luz à luta do movimento social negro no Brasil, ainda há muito o que se modificar para que haja maior igualdade de condições entre brancos e negros. A fundamentação teórica foi a Análise de Discurso. Tratamos das origens da nação brasileira envolvendo os efeitos de sentidos que colocam em questão as maneiras como o negro tem sido visto e considerado na sociedade brasileira. Abordamos, também, o discurso da questão étnico-racial na educação no governo Lula, quando o estado abandonou o discurso da existência de uma cultura brasileira mestiça, determinando a inclusão no Projeto Político Pedagógico dos cursos de Ciências Contábeis as questões étnico-raciais.*

Palavras-chave: *étnico-raciais, projeto pedagógico, ciências contábeis, análise de discurso.*

Abstract. *This article deals with the inclusion of the racial question in the Pedagogical Political Projects of the courses of Accounting Sciences as a discursive practice that is historically constituted. The hypothesis is that, although 10.639 / 2003 law was fundamental to giving light to the struggle of the black social movement in Brazil, there is such more to be modified to be greater equality of conditions between whites and blacks. We use as theoretical basis the Discourse Analysis. We spoke of the origins of the Brazilian nation involving the effects of meanings that call into question the ways in which black has been seen and considered in Brazilian society. We deal with ethnic-racial discourse in education in the Lula government, when the state abandoned the discourse of the existence of a mix Brazilian culture, determining the inclusion in the Pedagogical Political Projects courses in accounting sciences of ethnic-racial issues.*

Keywords: *ethnic-racial, pedagogical project, accounting sciences, speech analysis.*

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar a inclusão da questão racial nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos superiores, especialmente na área de Ciências Contábeis, como uma prática discursiva. Essa política relaciona-se aos sentidos historicamente produzidos na sociedade sobre a população negra e sua inscrição nas atividades produtivas no Brasil, dirigindo-se à ampliação das possibilidades de formação/atuação profissional dessa população. Partimos da hipótese de que, embora a Lei 10.639/2003 (que institui a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira) tenha sido fundamental para dar luz à luta do movimento social negro no Brasil, ainda há muito o que se modificar para que se produza maior igualdade de condições entre brancos e negros.

Recentemente, a legislação brasileira tem implementado ações e políticas afirmativas no sentido de reverter o quadro histórico de discriminação e exclusão dos afro-brasileiros. A lei 10.639/2003 foi e ainda é de fundamental importância para a luta do movimento social negro no Brasil, nesse sentido. Essa lei institui a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira, e assume, pois, uma função compensatória dada à situação de exploração extrema vivida pela população negra no país, para a qual não houve posteriormente um enfrentamento político no sentido de se vislumbrar uma igualdade maior de condições. Tem, ainda, como objetivo principal, combater as discriminações que impedem o acesso aos direitos sociais, em igualdade de condições, por parte de grupos considerados em vulnerabilidade, como é caso da população negra.

Para tanto, como corpus de análise, fizemos um recorte da Lei 10.639 de 2003 e do projeto político pedagógico do curso de Ciências Contábeis. Nestes recortes, analisamos os discursos em circulação, como o da política inclusiva, afim de verificarmos as práticas discursivas² na produção de sentidos acerca dos negros no Brasil e a inclusão da questão racial nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos superiores. Afinal, aquilo que diz a Lei e aquilo que o curso superior entendeu desta Lei produzem os mesmos efeitos de sentido? Assim, o referencial teórico com o qual nos identificamos está na Análise de Discurso de linha francesa, pois esta trabalha, parafraseando Orlandi (2001), a língua no mundo, com maneiras de significar o homem, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, sejam estes vistos enquanto sujeitos ou enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.

A História da Educação, aponta Cunha Júnior (2002), não registra a participação dos afrodescendentes nos sistemas educacionais, e, menos ainda, na construção dos ideais sobre a educação, anterior aos anos 50 do século passado. O que se percebe é um silêncio em torno da participação dos afrodescendentes na produção e na transmissão da cultura. O autor critica o papel da escola e/ou universidade, pois, esta, raramente, mostra imagens que (res)significam o passado africano e valoriza os afrodescendentes. A universidade possui um discurso científico, o que muitas vezes dita regras que determinam os temas

² Em Análise de Discurso (ORLANDI, 2001), as práticas discursivas são processos de identificação de sujeitos, de argumentação, de subjetivação e de construção da realidade, pois essas relações de linguagem são, na verdade, relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados.

que devem ser abordados e/ou silenciados. Ela seleciona as imagens que devem ser mostradas ou não. Parafraseando Cunha Júnior (2002), a universidade impõe silêncios no campo da educação sobre os diversos temas relativos à população de origem africana. Além disso, persiste, ainda, a recusa do sistema educacional em admitir a existência de um racismo brasileiro.

Com estudos como esses, levantam-se questões sobre o silenciamento na sociedade brasileira, afinal, existe uma relação íntima entre escola e sociedade, o que acontece na escola, acontece também na sociedade. O sistema escolar é uma importante instituição reguladora da sociedade. Ele regula a pesquisa, determina e legitima os saberes. Regula os valores, memórias, culturas, impondo, dessa forma, muito do que deve ser dito ou não.

1. O NEGRO EM QUESTÃO NO BRASIL

O estudo sobre o negro, enquanto sujeito sócio-histórico é bastante amplo, considerando-se que as análises sobre esse objeto de estudo consistem no trânsito e no entendimento dos fatores históricos que produziram efeitos de sentidos para as ações dos negros na sociedade brasileira (PIMENTA, 2016).

[...] no Brasil, a questão étnica racial, desde o período colonial, com a vinda forçada dos primeiros negros às terras brasileiras, produziu diferentes discursos: a respeito de os negros terem alma ou não, passando às teses raciais do século XIX; ainda, do debate sobre os aspectos positivos da miscigenação durante o século XX aos nossos dias, principalmente nas questões envolvendo as cotas para negros. **A discussão sobre a questão étnica racial ultrapassou e continua a ultrapassar os limites das instituições ou dos grupos interessados diretamente no assunto**, tomado como um fator importante para o desenvolvimento nacional e com caráter político estratégico [...]. (OLIVEIRA, 2012, p. 23; grifo nosso)

A partir do que destacamos no trecho acima, ressaltamos o seguinte: para nós, “ultrapassar os limites das instituições ou dos grupos interessados diretamente no assunto” envolve, entre outras situações, efeitos de sentidos que colocam em questão as maneiras como o negro tem sido visto e considerado na sociedade brasileira desde a colonização portuguesa. Um desses efeitos é a miscigenação e o entrelaçamento de raças, que ora gerou discursos positivos, ora negativos em relação à mistura de raças, como veremos a seguir.

1.1. O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

A obra de Gilberto Freyre “Casa Grande & Senzala”, publicada em 1933, apresenta uma mudança a respeito do pensamento social no que diz respeito às relações entre o branco e o negro. Freyre (1971) destaca o conceito de cultura no lugar de raça. O autor nega a existência de preconceito racial, instituindo a noção de entrelaçamento entre raças que formaram o Brasil, que originou o processo de miscigenação, dissociando os

preconceitos, suavizando as relações raciais. Dessa forma, Freyre formula o “mito da democracia racial”, que influenciou, de forma efetiva, a concepção histórica da sociedade brasileira.

Dessa forma, o mito da democracia racial constituiu-se como uma realidade no imaginário da sociedade brasileira no contexto pós-abolição, em que a desigualdade social estaria associada às condições de pobreza, comum à grande parte da população, isentando as questões étnico-raciais como responsáveis por essa desigualdade (ORTIZ, 1994).

Tudo isso produz sentidos, mas, também produz, neste caso específico, o silenciamento da questão racial. Segundo Orlandi (1998, p. 103),

os sentidos não nascem *ab nihilo*. São criados. São construídos em confrontos de relações que são sócio historicamente fundadas e permeadas pelas relações de poder com seus jogos imaginários. Tudo isso tendo como pano de fundo e ponto de chegada, quase que inevitavelmente e as instituições. Os sentidos, em suma, são produzidos.

Uma vez que os sentidos são construídos em relações sócio-históricas, vejamos como as mudanças sociais se deram a partir do final do século XX e como as condições sociais e econômicas da população negra no Brasil pouco evoluíram.

2. MUDANÇAS SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS NO FINAL DO SÉCULO XX

No final do século XX, o Brasil sentiu os efeitos da “globalização”: maior integração entre os países, facilidade de comunicação, aumento do comércio entre os países e maior acesso a produtos importados; entretanto, isso escancarou sua baixa produtividade, a exemplo do que ocorre com as demais das nações subdesenvolvidas. A desigualdade econômico-social e o desemprego se agravaram, principalmente, em função do aumento da competitividade global e da necessidade de se produzir cada vez mais com cada vez menos, o que provocou grande dificuldade para os trabalhadores menos qualificados ingressarem ou permanecerem no mercado de trabalho.

Nessa conjuntura, poucas mudanças foram observadas na condição social e econômica das populações negras no Brasil. Em 2014, segundo o IBGE (2015), os negros (pretos e pardos) eram a maioria da população brasileira, representando 53,6% do total de brasileiros, enquanto os que se declaravam brancos somavam 45,5%.

O século XX terminou marcado pela permanência da desigualdade: o rendimento dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres aumentou em 38%, mantendo a elevada concentração de renda na sociedade brasileira. A educação teve grande influência na melhora do rendimento, pois, segundo o IBGE (2001), os trabalhadores brancos tiveram seus salários aumentados em um salário mínimo para ano de estudo a mais, embora, os

trabalhadores negros e pardos tenham se mantido como os menos favorecidos em termos de aumento da renda.

Para avaliar a desigualdade de renda, conforme o IBGE (2015), o rendimento dos 10% mais ricos concentrava um valor 4,3 vezes maior que os 40% mais pobres do país, em 2004; valor que caiu para 3,1 vezes em 2014. Segundo, ainda, a mesma fonte, 71,4% dos alunos das universidades, entre 18 e 24 anos, são brancos (AGÊNCIA BRASIL, 2015).

A educação tem papel fundamental no processo de transformação social, pois ela tem o poder institucional como aliado e, acima de tudo, possui o respeito da sociedade. A universidade tem o papel de refletir a sociedade, captando informações e as transformando em bases sólidas, nas quais a própria sociedade possa continuar mudando e evoluindo, tendo a educação não somente como instrumento, mas como parceira de mudanças e reflexões. Desse modo, observamos que o acesso à universidade implica ascensão social, uma vez que a educação tem função transformadora. Dito assim, questionamos: que transformações a educação tem fomentado quanto à inclusão do negro na sociedade? Ela tem sido uma parceira para mudanças ou tem alimentado o mesmo discurso de submissão e desqualificação do negro outrora posto em circulação?

2.1. O DISCURSO DA QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO DURANTE O GOVERNO LULA

Durante o Governo Lula (2003 a 2006), demonstrou-se uma preocupação com a educação das relações étnico-raciais como uma possibilidade para abordar a diversidade. O tema foi posto em pauta internacionalmente no novo milênio, incentivando a produção de conhecimentos sobre a pluralidade étnico-racial, a reeducação de valores, as atitudes e as posturas dos cidadãos, levando-os à capacidade de reflexão sobre o diálogo e a interação com culturas diferentes.

Assim, o estado brasileiro abandonou definitivamente o discurso que defendia a existência de uma cultura brasileira mestiça e assumiu o discurso de uma proposta de implementar e desenvolver políticas educacionais de reparação e de ação afirmativa em relação às populações negras. Ressaltamos que consideramos o termo discurso como “efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 1996, p. 31). Por ser assim, tem-se, neste contexto de reparação, de um lado o discurso político (Estado brasileiro), e, de outro lado, o discurso jurídico (implementar políticas educacionais como obrigatórias).

A Lei 10.639/03 também trouxe as políticas inclusivas, que são aquelas voltadas para a redução das desigualdades sociais, promovendo a universalização de direitos civis, políticos e sociais e estabelecendo a igualdade de fato. As políticas públicas de inclusão não são formuladas como um benefício para um grupo em detrimento de outro, mas, sim, para combater as discriminações que impedem o acesso aos direitos sociais, em igualdade de condições, por parte de grupos considerados em vulnerabilidade por terem uma história marcada pela exclusão e por desigualdades de condições. Para Cury (2005, p. 15), a função das políticas públicas inclusivas é

[...] combater todas e quaisquer formas de discriminação que impeçam o acesso a maior igualdade de oportunidades e de condições. Desse modo, as políticas públicas incluídas corrigem as fragilidades de uma universalidade focalizada em todo e cada indivíduo e que, em uma sociedade de classes, apresenta graus consideráveis de desigualdade.

São três os princípios norteadores da Política Nacional instituída pelo Decreto: a transversalidade, a descentralização e a gestão democrática (BRASIL, 2003). A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial apresenta, por exemplo, as seguintes principais propostas:

- apoio às comunidades remanescentes de quilombos;
- incentivo à adoção de políticas de cotas nas universidades e no mercado de trabalho;
- capacitação de professores para atuar na promoção da igualdade racial.

Todavia, de tudo isso, a edição da Lei 10.639/03, que institui a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira em todos os níveis, foi a medida mais impactante para a luta do povo negro no Brasil.

O curso de Ciências Contábeis é, fundamentalmente, técnico, ideologicamente marcado pelo mercado, uma vez que prepara o aluno para atuar em funções ligadas às informações econômico-financeiras dentro e fora das organizações. Disciplinas como economia, finanças e gestão são práticas comuns a esse curso. O objetivo delas é habilitar o aluno para gerenciamento nas áreas de finanças corporativas, planejamento tributário, gestão de negócios e sistema de informações.

Apesar de toda essa grade, o discurso dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Ciências Contábeis não contempla as principais propostas relativas à educação superior previstas nos princípios norteadores da política nacional nos termos da legislação educacional. Como critério seletivo dos recortes nos Projetos Políticos Pedagógicos, foram escolhidas, de forma aleatória, as faculdades de Ciências Contábeis que disponibilizam tais Projetos nos sites. Assim, optamos por quatro faculdades particulares e duas públicas. As que não tratam do assunto, embora obrigatório pela legislação, são: Universidade do Vale do Sapucaí (Univás, Pouso Alegre), Universidade Vale do Rio Verde (Unincor, Três Corações) e Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Juiz de Fora).

Já a Faculdade Cenecista de Varginha (Faceca), no capítulo da Matriz Curricular do Curso, no título “Educação das Relações Étnico-Raciais, cultura afro-brasileira e indígenas”, destaca que

no curso de Ciências Contábeis da Faceca os conteúdos de Relações Étnico-Raciais e de Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana serão trabalhados **transversalmente**, sendo que o planejamento dessas constará do plano de ensino de Ética, Sociologia e Psicologia. (FACECA, 2013, p. 48 e 49)

Nesse recorte, o discurso de cumprimento da lei aparece apenas no que diz respeito ao cumprimento da legislação, entretanto, o Projeto não contempla em nenhum lugar algumas propostas da legislação.

Assim, fizemos um paralelo entre o termo “transversalmente” e a proposta da Legislação: “capacitação de professores para atuar na promoção da igualdade racial”. E questionamos o seguinte: como o tema será tratado de forma transversal sem que haja capacitação dos profissionais para isso? Em que momento a matriz curricular do curso contempla o incentivo a políticas de cotas e à adoção de programas relativos à diversidade racial nas empresas? Para nós, contemplar uma Lei somente com alguns dizeres na Matriz Curricular é muito distante de colocar o que se diz (ou não) em prática.

A capacitação de professores é, no mínimo, essencial em tal conjuntura, pois, impor uma lei não implica mudança de opinião e, muitas vezes, leva a falsas práticas. Entendemos, conforme assevera Cavalleiro, que:

silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças, e ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente. Esse entendimento acaba sendo pautado pelas vivências sociais de modo acrítico, conformando a divisão e a hierarquização raciais. (CAVALLEIRO, p. 21, 2006)

Por outro lado, a Estácio (RJ) tem o seguinte discurso.

A organização do currículo obedece aos princípios de:
Eixos transversais: Considerando que o Ministério da Educação (MEC) vem, continuamente, estimulando discussões em áreas do conhecimento que transcendem as especificidades dos cursos, três temas emergem:
Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008 e, Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004);

E destaca, ainda, no Projeto Político Pedagógico,

Educação das relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura afro-brasileira.

Em relação ao determinado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana (CNE/CP Resolução 1/2004), vale destacar que o estudo das relações étnico-raciais, bem como questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes estão incluídos, no curso de Ciências Contábeis, da seguinte forma:

1. No projeto pedagógico e na matriz curricular, **incorporados nos conteúdos de diferentes disciplinas e em atividades curriculares dos cursos**, atividades acadêmicas complementares, como tema de iniciação científica e pesquisa, em abordagens dos estágios etc.
2. **Em disciplinas como Análise Textual**, que trata as questões socioculturais, refletidas por meio de textos; Fundamentos das Ciências Sociais que desenvolve o tema nas questões. (grifo nosso)

Embora um pouco mais extenso, o texto acima reflete a questão da transversalidade, mas, também, não menciona a capacitação de professores.

A Universidade Federal de Viçosa (UFV) vai tratar, em seus documentos, a questão racial da seguinte maneira:

2. Fundamentação Legal

Diante disso, para a construção do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da UFV - CRP observaram-se as seguintes legislações externas:

Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana: Resolução CNE/CP nº 01 – 17/06/2004. Esta é uma legislação que contempla a Educação das Relações Étnico-Raciais,

Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes incluídas nas disciplinas e atividades curriculares do curso;

6. Estrutura Curricular

O Curso ainda busca atender as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis (Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004) por meio da disciplina CRP 297 – Sociologia Geral e, de palestras e seminários proferidos por especialistas na disciplina CIC 495 – Atividades Complementares.

6.3. Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana

Conforme já explicitado anteriormente, o presente curso de Ciências Contábeis apresenta em sua estrutura curricular conteúdos relativos às relações étnico-raciais e o ensino da cultura afro-brasileira e africana, atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004).

Para tanto, os conteúdos são desenvolvidos nas disciplinas CRP 297 – Sociologia Geral e CIC 495 – Atividades Complementares. Na primeira disciplina citada, os alunos estão sujeitos a este tema em aproximadamente 15 horas/aula. Segundo a ementa, os assuntos desenvolvidos abrangem:

Tendências da sociedade brasileira contemporânea, sendo:

- O impacto da globalização e as transformações do trabalho no Brasil;
- As Desigualdades sociais no Brasil;
- A Desigualdade e cidadania;
- As Relações étnico-raciais, cidadania e inclusão social.
(grifo do autor)

Da mesma maneira que as outras, a UFV também não trata da capacitação dos professores.

Em conclusão, em nenhum dos documentos consultados dessas universidades observa-se a questão da capacitação dos professores e nem a inclusão de bibliografia relativa à história e à cultura afro-brasileira e africana às relações étnico-raciais e aos problemas desencadeados pelo racismo e por outras discriminações.

2.2. A CONTRIBUIÇÃO DA LEI 10.639/03 PARA A SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES RACIAIS E SOCIAIS, E O SILENCIAMENTO DA QUESTÃO DOS AFRO-BRASILEIROS

A educação, quase sempre, contribui para construir e perpetuar uma ideologia de que o negro chegou ao Brasil como um objeto, um escravo e não como um ser humano com um passado e uma cultura, e que tivesse participado de outras relações sociais fora da escravidão. A África é apresentada como um continente atrasado e primitivo, pouco civilizado. Nesse sentido, a escola contribui para sustentar uma ideologia de dominação racial e de inferioridade da população negra (OLIVA, 2003).

Segundo Araújo, Moreira e Moraes (2012), o silenciamento e a marginalização das culturas consideradas inferiores pela cultura europeia, nas escolas, apresenta-se de variadas formas e maneiras, principalmente, no currículo e nos materiais didáticos, mesmo em localidades onde a população é, na sua maioria, afrodescendente. Arroyo (2017, p. 119) destaca que

o sistema escolar tem sido uma das instituições mais reguladoras da sociedade. Regula os tempos de pesquisa e os conhecimentos que considera como legítimos, regula os valores, culturas, memórias, identidades a partir de padrões universalistas ou generalistas construídos sem um diálogo com a alteridade e a diversidade.

A luta incessante dos movimentos sociais, notadamente, do movimento negro, por uma educação das relações étnico-raciais, tem surtido efeitos significativos frente ao Estado brasileiro e as escolas. Nesse sentido, atendendo à reivindicação de movimentos sociais, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, trouxe a obrigatoriedade da inclusão, no ensino da história do Brasil, das contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro. Assim, diz o parágrafo 4º do artigo 26 da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB): “o ensino de história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (BRASIL, 1996). Dessa forma, percebemos que a LDB obriga o ensino a voltar-se para as diferentes culturas, mas, no Projeto Político isso nem sempre é contemplado.

2.3. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou o Parecer CNE 03/04 pela Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004). Um dos objetivos do Parecer CNE 03/04 foi regulamentar a Lei 10.639/03, fundamentada na LDB (Lei 9.394/96, artigos 26, 26-A e 79-B) e na Constituição da República (CR, artigos 5, 206, 210, 215, 216 e 242). Esses artigos da LDB e da CR garantem o direito à igualdade de condições de vida e cidadania e do direito às histórias e culturas do povo brasileiro, ao acesso às diferentes fontes da cultura brasileira a todos os cidadãos. O parecer expõe a importância da valorização da cultura e da história dos afro-brasileiros e africanos, além do comprometimento com a educação das relações étnico-raciais.

Em relação ao cumprimento das Diretrizes Curriculares, portanto, pelo menos três faculdades se propõem a cumprir a obrigatoriedade de valorização dos afrodescendentes em seus Projetos Políticos Pedagógicos. Vejamos alguns recortes.

Projeto Político da Estácio:

Educação das relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura afro-brasileira.

Em relação ao determinado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana (CNE/CP Resolução 1/2004), vale destacar que o estudo das relações étnico-raciais, bem como questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes estão incluídos, no curso de Ciências Contábeis, da seguinte forma:

1. No projeto pedagógico e na matriz curricular, incorporados nos conteúdos de diferentes disciplinas e em atividades curriculares dos cursos, atividades acadêmicas complementares, como tema de iniciação científica e pesquisa, em abordagens dos estágios etc.
2. Em disciplinas como Análise Textual, que trata as questões socioculturais, refletidas por meio de textos; Fundamentos das Ciências Sociais que desenvolve o tema nas questões.
(grifo do autor)

Projeto Político da UFV:

6.3. Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana

Conforme já explicitado anteriormente, o presente curso de Ciências Contábeis apresenta em sua estrutura curricular conteúdos relativos as relações étnico-raciais e o ensino da cultura afro-brasileira e africana, atendendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004).

Para tanto, os conteúdos são desenvolvidos nas disciplinas CRP 297 – Sociologia Geral e CIC 495 – Atividades Complementares. Na primeira

disciplina citada, os alunos estão sujeitos a este tema em aproximadamente 15 horas/aula.
(grifo do autor)

Projeto Político da FACECA:

Educação das Relações Étnico-Raciais, cultura afro-brasileira e Indígenas

No curso de Ciências Contábeis da Faceca os conteúdos de Relações Étnico-Raciais e de Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana serão trabalhados transversalmente, sendo que o planejamento dessas constará do plano de ensino de Ética, Sociologia e Psicologia.
(grifos do autor)

Ao compararmos os recortes acima, observamos que o discurso de cumprimento das diretrizes está presente nos Projeto Políticos Pedagógicos das três faculdades. Ressaltamos que a escola/universidade é um espaço onde a diversidade se faz presente, um local onde os diferentes sujeitos se encontram e podem se colocar em conflito permanente, uma vez que diferentes culturas se relacionam. Por isso, mais do que nunca a escola/universidade tem por obrigação referenciar e tornar visíveis em seu currículo essa diversidade de sujeitos e culturas. Mesmo que isso ainda seja feito somente de forma escrita, acreditamos que esse seja o primeiro passo para qualquer mudança social e cultural no que diz respeito a conviver com o “diferente”.

O Conselho Nacional de Educação, por meio do parecer, enfatiza vários princípios relativos à questão racial e educacional e destaca um elenco de indicações de várias áreas do conhecimento em que devem ser inseridos conteúdos a respeito da questão racial. O parecer relaciona, como argumento, a necessidade da implementação de ações por parte da sociedade e do Estado, no sentido da reparação dos danos sofridos pelos afrodescendentes devido ao regime da escravidão:

a demanda por reparações visa a que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir, os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição. Visa também a **que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações**. (BRASIL, 2004; grifo nossos)

Quais medidas seriam essas levantadas pelo parecer? Que iniciativas seriam capazes de combater o racismo e as discriminações? Como elas são postas em prática? O parecer cita, ainda, como argumento, o artigo 205 da Constituição da República:

cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. (BRASIL, 2004. Art. 205)

Outra percepção em relação ao parecer é a de que se torna fundamental uma nova legislação educacional no sentido de igualdade de direitos entre os cidadãos, independente de raça. O parecer destaca a escola como um espaço fundamental para se superar o racismo e destaca, também, a importância do envolvimento dos educadores nessa marcha pela superação do racismo.

Mais um equívoco a superar é a crença de que a discussão sobre a questão racial se limita ao Movimento Negro e a estudiosos do tema e não à escola. **A escola enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política.** (BRASIL, 2004; grifo nossos)

Observamos que, no recorte em destaque, há verbos como assegurar, posicionar-se; além disso, menciona-se que a escola deve assumir uma posição contra a discriminação, no entanto, como fazer isso fica vago. A lei dá diretrizes, autorizando mudanças em um certo sentido, mas, como dar consequência a isso é um trabalho que cabe à sociedade, em suas diversas instâncias, levar a cabo. E agir dessa maneira levanta questões como: quais seriam as ações que impediriam uma instituição de praticar a discriminação, como assegurar isso? Se a escola é um espaço fundamental para a superação do racismo, quais seriam os movimentos que os Projetos deveriam implementar?

De acordo com o Parecer 03/04, o conhecimento da História da África e da cultura afro-brasileira não é importante apenas para os negros, mas, para todos os brasileiros, pois trata da composição de toda a nação brasileira.

A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário dizem respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática. (BRASIL, 2004)

A valorização da identidade é um dos principais argumentos utilizados pelo parecer e está presente na resolução que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. A Resolução 01/04, em seu Artigo 3º, dispõe o seguinte.

§1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto ao seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, ter igualmente respeitados seus direitos, valorizada sua identidade e assim participem da consolidação da democracia brasileira.

§2º O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, meio privilegiado para a educação das relações étnico-raciais, tem por objetivo o reconhecimento e **valorização da identidade**, história e cultura dos afro-brasileiros, garantia de seus direitos de cidadãos, **reconhecimento e igual valorização das raízes africanas** da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias, asiáticas.
(BRASIL, 2004a; grifo nossos)

No fragmento acima, refletimos sobre o que o documento entende como valorização da identidade e reconhecimento e igual valorização das raízes africanas. Além disso, observamos que a Lei “diz”, mas, nenhum Projeto trata do assunto. Para nós, isso quer dizer que

há pois uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar mas de fazer dizer ‘uma coisa’, para não deixar dizer ‘outras’. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Esta é sua dimensão política. (ORLANDI, 1997, p. 55)

A Lei 10.639/03 esclarece sobre as políticas de ações afirmativas. Ações afirmativas são definidas como

medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Portanto, as ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado. (LIMA JÚNIOR, 2001, p. 138)

Para Jaccoud e Beghin (2002, p. 55 e 56), as políticas de ações afirmativas são

medidas que buscam garantir a oportunidade de acesso dos grupos discriminados, ampliando sua participação em diferentes setores da vida econômica, política, institucional, cultural e social. Elas se caracterizam por serem medidas temporárias e por serem focalizadas nos afro-brasileiros, ou seja, por dispensarem um tratamento diferenciado e favorável com vistas a reverter um quadro histórico de discriminação e exclusão. (JACCOUD; BEGHIN, 2002, p. 55 e 56)

Uma observação importante nessas definições de políticas de ações afirmativas é o caráter de sua transitoriedade, porque o objetivo dessas ações é de colocar os grupos historicamente discriminados em condições de igualdade frente a outros grupos sociais. E, quando essas ações atingirem o seu objetivo, serão descartadas.

3. O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E A LEI 10.639/2003

Sá (1997, p. 16) informa que “a Contabilidade nasceu com a civilização e jamais deixará de existir em decorrência dela; talvez, por isso, seus progressos quase sempre tenham coincidido com aqueles que caracterizam os da própria evolução do ser humano”. O ensino da Contabilidade, em nível superior, surgiu, no Brasil, apenas em 1945, por

meio do Decreto 7.988, datado de 22/09/1945, chamado de curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais, com duração de quatro anos, concedendo o título de Bacharel em Ciências Contábeis aos seus concluintes (BRASIL, 1946).

Atualmente, existem, no Brasil, mais de 1.100 cursos de Ciências Contábeis e mais de 530.000 profissionais contabilistas registrados nos Conselhos de Contabilidade (CFC, 2016). As Diretrizes estabelecem, também, que o curso de Ciências Contábeis possibilite a formação profissional que revele, pelo menos, habilidades e competências para exercer suas responsabilidades e atribuições técnicas e científicas, no sentido da viabilização da construção de valores orientados para a cidadania.

Art. 4º O curso de graduação em Ciências Contábeis deve possibilitar formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

VI - exercer suas responsabilidades [...] aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, **organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;** (BRASIL, 2004b; grifo nosso)

No que diz respeito ao recorte: “organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania; (BRASIL, 2004b)”, apenas a UFV (Viçosa) mantém o mesmo discurso, conforme recorte abaixo:

Para tanto, os conteúdos são desenvolvidos nas disciplinas CRP 297 – Sociologia Geral e CIC 495 – Atividades Complementares. Na primeira disciplina citada, os alunos estão sujeitos a este tema em aproximadamente 15 horas/aula. Segundo a ementa, os assuntos desenvolvidos abrangem:

Tendências da sociedade brasileira contemporânea, sendo:

- O impacto da globalização e as transformações do trabalho no Brasil;
- As Desigualdades sociais no Brasil;
- A Desigualdade e cidadania;
- As Relações étnico-raciais, cidadania e inclusão social.

Refletimos, pois, que mesmo com Leis e Diretrizes Curriculares que orientam para uma perspectiva de construção e promoção de uma educação num aspecto mais multicultural, ainda existe uma grande dificuldade por parte das universidades em aplicar, na prática, tais orientações e em reconhecer os saberes e conhecimentos dos grupos menos favorecidos e historicamente discriminados como importantes e necessários para a convivência social. Uma forma mínima de reconhecimento seria a materialização da Lei no Projeto Pedagógico, nos planos de curso, nos objetivos institucionais. Esse é o primeiro passo para que o discurso da acolhida e da aceitação possa ser concebido em uma educação que preza pela valorização multicultural.

4. OS DISCURSOS DAS POLÍTICAS DE REPARAÇÕES

As Políticas de Ações Afirmativas, voltando ao objetivo do Parecer CNE 03/2004 (BRASIL, 2004), nas questões introdutórias, dizem que

o parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe à divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

Nesse sentido, o Parecer CNE 03/2004 determina que os sistemas de ensino e estabelecimentos de diferentes níveis converterão as demandas dos afro-brasileiros em políticas públicas de Estado ou institucionais. Isso ocorrerá, quando tais sistemas tomarem decisões e iniciativas com vistas a reparações, reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, com base na constituição de programas de ações afirmativas, medidas estas coerentes com um projeto de escola, de educação, de formação de cidadãos que explicitamente se esboçam nas relações pedagógicas cotidianas.

Torna-se, dessa forma, fundamental a adoção de medidas que repudiem, como prevê a Constituição Federal em seu Art.3º, IV, o “preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, e reconheçam que todos são portadores de singularidade irreduzível e que a formação escolar tem de estar atenta para o desenvolvimento de suas personalidades (Art. 208, IV).

4.1. PROPOSTA PARA UMA EDUCAÇÃO VOLTADA PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A Resolução CNE 1/2004 direciona que os sistemas de ensino e os estabelecimentos de Educação Superior precisarão providenciar (os grifos são nossos):

- **Articulação entre os sistemas de ensino, estabelecimentos de ensino superior, centros de pesquisa, Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, escolas, comunidade e movimentos sociais, visando à formação de professores para a diversidade étnico/racial.**
- **Inclusão, respeitada a autonomia dos estabelecimentos do Ensino Superior, nos conteúdos de disciplinas e em atividades curriculares dos cursos que ministra, de Educação das Relações Étnico-Raciais, de conhecimentos de matriz africana e/ou que dizem respeito à população negra.**
- **Inclusão, em documentos normativos e de planejamento dos estabelecimentos**

de ensino de todos os níveis - estatutos, regimentos, planos pedagógicos, planos de ensino - de objetivos explícitos, assim como de procedimentos para sua consecução, visando ao combate do racismo, a discriminações, ao reconhecimento, valorização e respeito das histórias e culturas afro-brasileira e africana.

- **Inclusão de personagens negros, assim como de outros grupos étnico-raciais, em cartazes e outras ilustrações sobre qualquer tema abordado na escola, a não ser quando tratar de manifestações culturais próprias de um determinado grupo étnico-racial.**
- **Incentivo, pelos sistemas de ensino, a pesquisas sobre processos educativos orientados por valores, visões de mundo, conhecimentos afro-brasileiros e indígenas, com o objetivo de ampliação e fortalecimento de bases teóricas para a educação brasileira.**
- **Inclusão, nos instrumentos de avaliação das condições de funcionamento de estabelecimentos de ensino de todos os níveis, nos aspectos relativos ao currículo, atendimento aos alunos, de quesitos que avaliem a implantação e execução do estabelecido neste parecer.**

Nesse sentido, os Projetos Políticos dos cursos de Ciências Contábeis, para atender essa proposta de uma educação voltada para as relações étnico-raciais, de acordo com o CNE, deveriam atender, no nosso entendimento, pelo menos os itens que estão marcados em negrito acima.

CONCLUSÃO

A reflexão quanto à questão étnico-racial, abordada neste trabalho, leva-nos a perceber que o Brasil real é um país de muitas desigualdades, sinalizadas pelo poder, em sua história, desde a colonização portuguesa, a domesticação do indígena e a sua conversão, a escravidão, a economia escrava, a exploração imigrante.

Nesse mesmo Brasil real, há um Brasil imaginário, um país que se auto afirma como lugar de diversidade cultural, devido à presença de diferentes etnias. Na prática discursiva, produz-se uma imagem de uma sociedade sem preconceitos, miscigenada, com uma democracia racial.

Essa tal “democracia racial” é marcada por políticas de ações afirmativas, que buscam, de forma mais objetiva, uma solução para as questões étnico-raciais, principalmente, em função das lutas de movimentos sociais negros, em favor dos grupos sociais historicamente colocados à margem dos processos de desenvolvimento do país. Tudo isso tem como objetivo reduzir as desigualdades sociais, mas acaba por apresentar o reconhecimento de que na história oficial do país, a história e cultura negra não estava presente de maneira oficial, mas silenciada nesse âmbito.

Pelo estudo do tema e pelo resultado das pesquisas realizadas nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Ciências Contábeis, observou-se o quanto a análise do discurso se faz presente na nossa vida e o quão essa disciplina é importante, mostrando como as relações sociais são relações politicamente (re) significadas.

Orlandi (2015) faz-nos pensar sobre democracia, quando postula

a noção de democracia, que faz parte da ideologia dominante em um sistema como o nosso, e que, em nosso imaginário, vem sustentada na idéia de igualdade econômica, política, jurídica e cultural, traz ainda junto a questão da liberdade, que, segundo Tocqueville (1987, 3ª ed.), é o poder moral da pessoa humana e seu dever e direito de encarregar-se de si mesma, não deixando a ninguém essa prerrogativa. (ORLANDI, 2015, p. 1)

Dessa forma, a prática docente é decisiva para refletir no aluno a forma de sua significação na sociedade. A conexão ensino, conhecimento e sociedade, por meio da educação, está articulada no simbólico com o político, espaço este em que se encontra a ideologia no processo de constituição dos sentidos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Número de estudantes no ensino superior aumenta; maioria ainda é branca e rica. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-12/ensino-superior-avanca-25-pontos-percentuais-entre-jovens-estudantes-em-10>; acesso em 30 nov. 2016.

ARAÚJO, J. de Almeida; MOREIRA, J. Santos; MORAIS, R. Sampaio. As culturas silenciadas e marginalizadas na escola. III Ebecult – Encontro baiano de estudos de cultura, 2012. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012/04/As-culturas-silenciadas-e-marginalizadas-na-escola.pdf>; acesso em 01.dez. 2016.

ARROYO, M.G. A pedagogia multirracial popular e o sistema escolar. Em: GOMES, N.L. (Org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações étnico-raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 11-130.

BRASIL. Decreto-Lei No. ° 9.295 de 27 de maio de 1946 [Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros e dá outras providências]. Disponível em: <http://www.portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/lei1249.pdf>; acesso em 30 out. 2016.

_____. Lei No. 9.394 de 20 de dezembro de 1996 [Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm; acesso em 30 out. 2016.

_____. Decreto Nº 4.886, de 20 de novembro de 2003 [Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4886.htm; acesso em 30 out. 2016.

_____. Parecer No. CNE/CP 003/2004 do Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação étnico-raciais e para a História e Cultura Afro-

Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>; acesso em 30 out. 2016.

_____. Resolução no. CNE 001/2004a de 17 de julho de 2004 do Conselho Nacional de Educação [Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>; acesso em 30 out. 2016.

_____. Conselho Nacional de Educação do MEC. Resolução nº 10, de 16 de dezembro de 2004b [Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf; acesso em 30 out. 2016.

CFC - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Disponível em: <http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConselhoRegionalAtivo.aspx>; acesso em 30 out. 2016.

CAVALLEIRO, Eliane. Introdução. Em: BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA. **Alfabetização e Diversidade**. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006.

_____. Africanidades, afrodescendências e educação. II Congresso luso-brasileiro de história da educação. Anais, Portugal, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 124, p.11-32, jan./abr. 2005.

FACULDADE DE CNEC DE VARGINHA – FACECA. Projeto Político Pedagógico (PPC). Disponível em: <http://faceca.cnec.br/wp-content/uploads/sites/19/2015/03/PROJETO-PEDAG%C3%93GICO-FACECA-CONT%C3%81BEIS-a-partir-de-2012-com-TCC-vers%C3%A3o-dez-2013.pdf>; acesso em 30 out. 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e senzala**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1971.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio** – síntese de indicadores (PNAD 2014). Brasília: IBGE, 2015.

_____. **Síntese de indicadores sociais 2000**. IBGE, 2001. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/0404sintese.shtm>; acesso em 30 out. 2016.

JACCOUD, L.; BEGHIN, N. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2002.

LIMA JUNIOR, J.B. **Os direitos humanos econômicos, sociais e culturais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. **Estud. Afro asiát.**, vol. 25, no. 3, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000300003; acesso em 30 out. 2016.

OLIVEIRA, Luiz Carlos de. O discurso sobre as cotas para negros na revista Veja. Dissertação. Mestrado em Letras. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Paraná, 2012.

ORLANDI, E.P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 3ª. ed. Campinas: Pontes, 2001.

_____. O inteligível, o interpretável e o compreensível. Em: **Discurso e leitura**. Campinas: Cortez, 1998. p. 101-117.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

_____. Linguagem e educação social: a relação sujeito, indivíduo e pessoa. **RUA** [Revista do laboratório de estudos urbanos e do núcleo de desenvolvimento da criatividade], nov. 2015. Disponível em: http://www.labeurb.unicamp.br/rua/web/index.php?r=paginasartigo%2Fviewpagina&numeroPagina=6&artigo_id=37; acesso em 20 ago. 2016.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PIMENTA, Renata Waleska de Souza. A construção discursiva sobre os negros no Brasil: uma breve reflexão. **Revista da ABPN**, v. 8, n. 18, p. 316-338, nov. 2015 – fev. 2016.

Artigo recebido em: outubro de 2017.

Aprovado e revisado em: fevereiro de 2018.

Publicado em: maio de 2018.

Para citar este texto:

CARVALHO, Fábio Luiz de. A inclusão das questões culturais afro-brasileiras nos currículos da educação superior. Um estudo nos cursos de Ciências Contábeis. **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso, ISSN 2179-3514, *on-line*, www.entremeios.inf.br], Seção Estudos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL), Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre (MG), vol. 16, p. 23-41, jan. - jun. 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol16pagina23a41>